

“IDEOLOGIA DE GÊNERO” EM UMA TURMA DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: É POSSÍVEL TER ESPERANÇA?

“GENDER IDEOLOGY” IN A BIOLOGICAL SCIENCES TEACHER PREPARATION COURSE: IS IT POSSIBLE TO HAVE HOPE?

"IDEOLOGÍA DE GÉNERO" EN UNA CLASE DE GRADO DE FORMACIÓN DEL PROFESORADO EN CIENCIAS BIOLÓGICAS: ¿ES POSIBLE TENER ESPERANZA?

Mariana de Sousa Araújo¹; Alessandra Pavolin Pissolati Ferreira²; Luciana Aparecida Siqueira Silva³

Resumo

O *slogan* “ideologia de gênero” ganhou centralidade nas discussões políticas e educacionais brasileiras, estabelecendo-se uma disputa de narrativas entre grupos reacionários que se autodenominam defensores da família e pesquisadores/as, que tomam a Educação como um dos eixos centrais na promoção da equidade de gêneros e do respeito à diversidade sexual. Como recorte de uma pesquisa maior que investigou como a licenciatura produz futuros/as docentes para atuar nesse cenário, o presente trabalho volta-se para essa disputa narrativa. Os discursos que circulam no contexto investigado atuam na produção de subjetividades em consonância com o que a agenda ultraconservadora tem apresentado discursivamente no país. Levantamos a urgência em discutir gênero, sexualidade e seus entrelaçamentos com a Educação em todos os níveis de ensino.

Palavras-chave: Ensino de Biologia; Ideologia de Gênero; Formação de professores.

Abstract

The slogan “gender ideology” has become central to Brazilian political and educational discussions, establishing a narrative dispute between reactionary groups that call themselves defenders of the family and researchers, who undertake Education as one of the central axes in promoting gender equity and respect for sexual diversity. As part of a larger research that investigated how a teaching degree produces future teachers to work in this scenario, the present article focus on this narrative dispute. The narratives that circulate in the investigated context act producing subjectivities in line with an ultra-conservative agenda that has been discursively happening in the country. We raised the urgency to discuss gender, sexuality and its intertwining with Education at all levels of education.

Keywords: Biology Teaching; Gender ideology; Teacher training.

¹ Licenciada em Ciências Biológicas. Instituto Federal Goiano Campus Urutaí (IFGoiano-Urutaí). Urutaí, GO - Brasil. E-mail: marisousaaraujo01@gmail.com

² Mestra em Educação - Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia, MG - Brasil.

E-mail: alepissolati@gmail.com

³ Doutoranda em Educação - Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia, MG - Brasil. Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Goiano Campus Urutaí (IFGoiano-Urutaí). Urutaí, GO - Brasil. E-mail: luciana.siqueira@ifgoiano.edu.br

Submetido em: 07/08/2020- Aceito em: 28/09/2020



Resumen

El *slogan* “ideología de género” ganó importancia en las discusiones políticas y educativas brasileñas, estableciendo una disputa de narrativas entre grupos reaccionarios, que se autodenominan defensores de la familia, e investigadores, quienes consideran la educación como uno de los ejes centrales para la promoción de la equidad de género y respeto por la diversidad sexual. Como parte de un proyecto más amplio que investigó cómo el grado produce futuros maestros para trabajar en este contexto, el presente trabajo se centra en esta disputa narrativa. Los discursos que circulan en el contexto investigado actúan en la producción de subjetividades en línea con lo que la agenda ultraconservadora viene presentando discursivamente en el País. Resaltamos la urgencia en discutir el género, la sexualidad y su interrelación con la Educación en todos los niveles de la enseñanza.

Palabras clave: Enseñanza de biología; Ideología de género; Formación del profesorado

Porque apesar da tentativa de captura, o sexo transborda, os gêneros se misturam, a sexualidade flui, o corpo sofre, dói, mas também faz festa e goza. A vida insiste e escapa. A igreja pira. E ninguém solta a mão de ninguém.

Martha Giudice Narvaz

Paola Zordan

1 Introdução

Há algum tempo o *slogan* “ideologia de gênero” tem ganhado centralidade nas discussões políticas e educacionais brasileiras. Esse sintagma, embora tenha se tornado popular nos últimos anos – principalmente no período que antecedeu as eleições presidenciais de 2018 no Brasil – não é novo. De acordo com Junqueira (2017, p. 26) o termo “teoria/ ideologia de gênero” é uma “invenção católica que emergiu sobre os desígnios do Conselho Pontifício para a Família e de conferências episcopais, entre meados da década de 1990 e no início dos anos 2000”.

Nesse contexto, a Conferência Mundial sobre as Mulheres em 1995 é apontada como o gatilho da contraofensiva católica que teve como intuito combater a “perspectiva/ideologia de gênero” e reafirmar a doutrina católica (JUNQUEIRA, 2017, 2018; MISKOLCI; CAMPANA, 2017). Na referida conferência o termo gênero é adotado como uma Agenda Internacional para a militância de direitos, equidade e igualdade das mulheres e outras minorias. Nos textos de autoria do, até então, cardeal Joseph Aloisius Ratzinger⁴, já em 1997 – dois anos após a realização da Conferência sobre a mulher – que buscavam (re)afirmar e (re)forçar uma compreensão de gênero e sexualidade centrada no sexo biológico (MISKOLCI; CAMPANA, 2017) e funcionaram como uma espécie de fonte ou motivador para essa contraofensiva católica.

É importante sinalizar que o conceito de gênero emerge na segunda onda feminista para enfatizar o “caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995,

⁴ Joseph Aloisius Ratzinger alcançou a posição mais alta da Igreja Católica tornando-se Papa - Papa Bento XVI, em Abril de 2005. O pontificado de Bento XVI durou um aproximadamente de sete anos, tendo fim em 2013 com sua renúncia.

p. 72). Tal conceito “surgiu pela necessidade de acentuar o caráter eminentemente social das diferenças percebidas entre os sexos” (LOURO, 2011, p. 63). A autora afirma que os gêneros são aprendidos e fabricados no âmbito da cultura, e portanto são uma “construção social contínua, sempre inconclusa e relacional” (p. 64).

Na América Latina, o Documento de Aparecida, um documento conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe – V Celam, marca a preocupação da igreja com a “ideologia de gênero”, ao afirmar no capítulo “Olhar dos discípulos missionários sobre a realidade” que:

entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar, encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família (CELAM, 2007, p. 30).

Nesse trecho, fica evidente que o entendimento de “ideologia de gênero” difundido pela igreja está atrelado a uma suposta ameaça à família – ou pelo menos à noção de família cunhada e defendida por e nessa instituição – bem como a defesa por uma naturalização da ordem sexual restrita ao biológico e a imposição de valores morais construídos no âmbito dessa instituição. Por outro lado, é importante marcar que embora a “teoria/ideologia de gênero” tenha sido uma invenção da igreja católica, outros grupos se apropriaram desse discurso. De acordo com Reis e Eggert:

se formou uma aliança composta por evangélicos e católicos mais ortodoxos, quando não fundamentalistas, bem como organizações conservadoras/reacionárias que defendem o que chamam de família e costumes tradicionais, unidas em divulgar e disseminar informações distorcidas para impedir que se alcance a equidade entre os gêneros e o respeito à diversidade sexual, conforme vem sendo ratificado internacional e nacionalmente há décadas com a intenção de diminuir as discriminações e as violências baseadas em gênero (REIS; EGGERT, 2017, p. 18).

Esse movimento de busca pela origem e significados do sintagma “teoria/ideologia de gênero” revela que esse não é um conceito assentado em bases científicas, e que, portanto não pode ser confundido com “Estudos de Gênero” (CARVALHO, 2017). De acordo com Junqueira (2017), “teoria/ideologia de gênero” se constituem como rótulos políticos ou slogans que funcionam como referência para atuação de grupos de mobilização para empreender o que o autor chama de “cruzada moral”. Esses teriam como foco “conter avanços de políticas voltadas a garantir ou ampliar os direitos humanos de mulheres, pessoas não-heterossexuais e outros dissidentes da ordem sexual e de gênero” (JUNQUEIRA, 2017, p. 26). Paraíso (2018, p. 25) complementa que tal *slogan* trata-se “de uma avalanche de ideias reacionárias que busca inundar a todos e a todas com moralismos, divisões naturalizadas, identidades fixas,

generificações hierárquicas, silêncios interessados, ódios destruidores, omissões desastrosas, retrocessos inaceitáveis”.

A educação é apontada como um dos eixos centrais na promoção da equidade entre os gêneros e do respeito à diversidade sexual. Portanto, as políticas e instituições educacionais têm sido território de disputa de agendas progressistas, que buscam uma educação inclusiva, antidiscriminatória, plural e laica, e de agendas ultraconservadoras, de matriz religiosa e contrária aos direitos humanos, que vêm ganhando cada vez mais espaço no cenário educacional nacional. O surgimento de movimentos como o “Escola sem partido (EsP)”⁵ e a criação de projetos de lei como o Projeto de Lei “Escola sem Partido” (PL 258/2019)⁶ são exemplos do avanço desses movimentos que dizem lutar contra a suposta “ideologia de gênero” presente no âmbito educacional.

A retirada dos termos “orientação sexual” e “gênero” do Plano Nacional de Educação e a adoção da flexão de gênero no masculino (TOLOMEOTTI; CARVALHO, 2016; REIS; EGGERT, 2017); bem como a remoção das expressões “orientação sexual” e “identidade de gênero” da versão aprovada da Base Nacional Comum Curricular (BANDEIRA; VELOZO, 2019) são resultados dessa pauta ultraconservadora e representam um retrocesso no campo da educação. De acordo Narvaz e Zordan:

⁵ O movimento EsP embora se defina como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (ESP, s.d.) é uma organização atrelada a organizações e instituições neoliberais, que “busca mobilizar princípios religiosos, a defesa da família em moldes tradicionais e a oposição a partidos políticos de esquerda e de origem popular” (MACEDO, 2017, p. 509)” que utiliza-se de práticas persecutórias e vigilantes para cercar discussões curriculares nas escolas com as temáticas de gênero e sexualidade. Para Fernando de Araújo Penna, o movimento EsP “utiliza-se de uma linguagem próxima a do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas e valendo-se de polarizações já existentes no campo político para introduzi-las e reforçá-las no campo educacional” (PENNA, 2017, p. 35). O pesquisador destaca quatro características fundamentais desse fenômeno educacional: uma concepção de escolarização que tenta desvincular a figura do professor de educador; desqualificação do professor; estratégias discursivas fascistas; defesa do poder total dos pais sobre seus filhos (PENNA, 2017).

⁶ O PL 258/2019 de autoria do Pastor Eurico (Patriota), está apensado a outros projetos é uma reapresentação do PL 7180/2014 – conhecido como Lei da Mordaza – que havia sido arquivado na Câmara em dezembro de 2018.

A pressão política destes grupos conservadoras culminou com a retirada das expressões “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” dos documentos oficiais, modificando-se o texto para “todas as formas de discriminação”. Ficam, assim, invisibilizados os grupos sociais que sofrem com o preconceito, bem como a produção de tais desigualdades e discriminações, o que é um retrocesso em termos de políticas identitárias (NARVAZ; ZORDAN, 2019, p. 23).

Assim, esses projetos de lei ecoaram nas políticas educacionais e incitaram “o debate acerca da legalidade da discussão de gênero e sexualidade nas escolas” (NARVAZ; ZORDAN, 2019, p. 23). Com a retirada desses termos de alguns documentos orientadores e normatizadores da educação, as frentes conservadoras assumiram em seus discursos que temáticas relativas às questões de gênero e sexualidade estariam proibidas de serem abordadas no âmbito da escola. No entanto, esse entendimento é problemático por dois aspectos.

O primeiro deles está relacionado ao fato de a escola ser constituída por sujeitos e suas múltiplas identidades. Isso quer dizer que a escola é atravessada por corpos, gêneros e sexualidades, sendo uma instituição social em que essas identidades vão sendo (re)produzidas, reguladas, fixadas e também subvertidas; portanto não é possível excluir essas questões do ambiente escolar. O segundo deles é que há amparo legal para discussão/abordagem dessas temáticas na escola. Dentre esses documentos podemos citar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); a Lei 10.639; a Lei Maria da Penha; as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 1990; 1996; 2003; 2006; 2013; 2017).

Narvaz e Zordan (2019) revelam algumas linhas de fuga na BNCC que possibilitam empreender essas discussões na escola. Uma delas é a competência número nove que afirma que deve se promover o respeito “com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza” (BRASIL, 2017, p. 10). Há também indicado neste documento que no oitavo ano do Ensino Fundamental deve ser trabalhado o objeto do conhecimento sexualidade, que tem como uma das habilidades “selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)” (BRASIL, 2017, p. 347).

Além disso, há um documento atrelado à BNCC intitulado “Temas Contemporâneos Transversais na BNCC”, que tem como objetivo “trazer contexto e contemporaneidade aos objetos do conhecimento descritos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” (BRASIL, 2019, s.p.). Nesse documento os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) são apontados como essenciais e organizados em seis macroáreas temáticas: Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Saúde, Cidadania e Civismo, Multiculturalismo (BRASIL, 2019). Os documentos que fundamentam a adoção dos TCTs incluem a Resolução do CNE/CEB Nº 7/2010 que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos e a Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

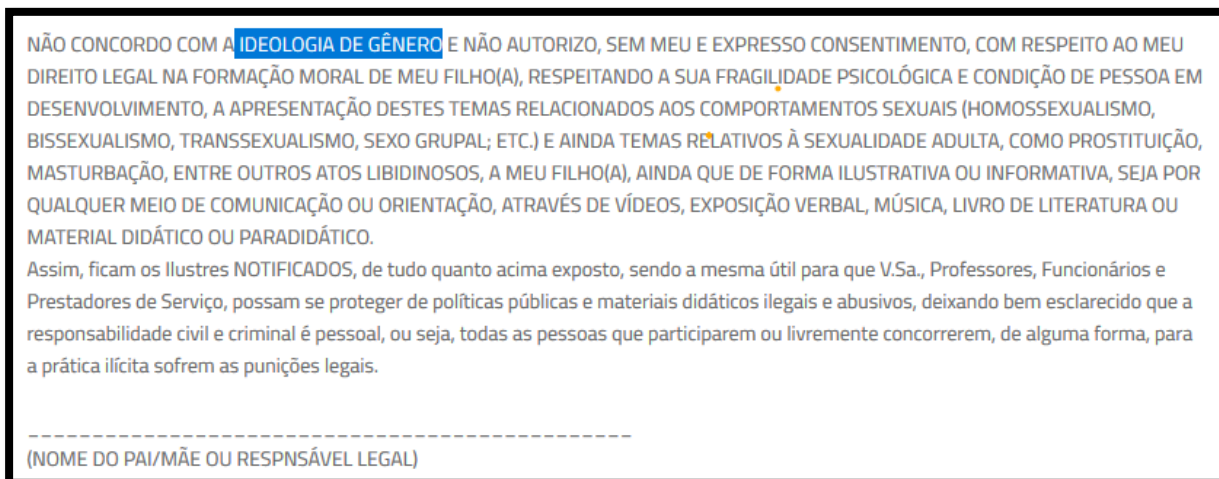
Ambos documentos apontam para necessidade de se discutir temas associados às questões de gênero e sexualidade.

A retirada dos termos “orientação sexual”, “gênero”, “sexualidade” e “identidade de gênero” dos documentos orientadores e normatizados da educação brasileira, resultado dessa agenda conservadora/reacionária, é impactante pois potencializa:

uma situação de invisibilidade social, cultural, política e econômica, bem como um esvaziamento contundente das políticas contrárias às violências simbólicas, psíquicas e físicas a que estão submetidas/os as mulheres e os corpos diferenciados, ao menos, em termos de metas, objetivos e cumprimentos educacionais (TOLOMEOTTI; CARVALHO, 2016, p. 82).

No entanto, isso não deve impedir a abordagem dessas temáticas no ambiente escolar. É preciso, como nos aponta Narvaz e Zordan (2019, p. 28), "coletivamente, inventar estratégias de resistência, linhas de fuga contra o conservadorismo instituído". As salas de aula, os livros didáticos e os/as professores/as também são alvos desses movimentos ultraconservadores e fundamentalistas religiosos. Um exemplo disso foi a circulação na *Internet* de diversos modelos de notificação extrajudicial (Figura 1) a serem endereçadas aos/às docentes e também à equipes gestoras e a instituições escolares que abordassem temas supostamente associados à “ideologia de gênero”, com intuito de intimidar profissionais da educação (REIS; EGGERT, 2017).

Figura 1: Fragmento de notificação extrajudicial endereçada a professores/as por parte de pais ou responsáveis de estudantes (grifo das autoras)



Fonte: Modelo disponível em: <https://infanciaefamilia.com.br/modelo-de-notificacao-extrajudicial-de-escolas/>
Acesso em: 01 de Agosto de 2020.

O fragmento apresentado pela figura 1 é extremamente problemático em diferentes aspectos. O primeiro a ser pontuado é o uso do sufixo “ismo” para dizer de “comportamentos sexuais”, tendo essa conotação de condição patológica ou doença. É importante destacar que desde a retirada da homossexualidade da lista de transtornos sexuais na década de 1973 pela Associação Psiquiátrica Americana (APA) o sufixo “ismo” foi substituído por “ade” que está atrelado à noção de comportamento do ser (GONÇALVES; CARVALHO, 2019). Nesse sentido, ao usar tal sufixo para dizer sobre a homossexualidade, bissexualidade e transexualidade, entende-se que essas são condições patológicas ou, como nos diz Bento (2006, p. 44), como “condutas sexuais perversas”. A linguagem tem centralidade porque ela opera construindo significados que asseguram e legitimam ou excluem e marginalizam formas de ser e estar na sociedade (GIROUX, 1995).

Uma outra problemática é que a estratégia adotada resulta na "judicialização da relação entre professores e alunos" (MACEDO, 2017, p. 508) e na “criminalização da docência” (MIGUEL, 2016, p. 614). De acordo com Miguel (2016, p. 615-616), em um país no qual os/as professores/as já enfrentam desvalorização da profissão, o movimento EsP “quer que eles sejam vistos como corruptores em potencial, que devem ser permanentemente vigiados, controlados, punidos”. Além disso, ela ainda fere o direito dos/as estudantes a uma educação que possibilite “apreender o mundo de forma crítica e questionadora, emancipatória e libertadora”.

Assim, a agenda ultraconservadora, através do movimento EsP, adentra o ambiente escolar e convoca a sociedade para combater "um inimigo imaginário comum" - a "ideologia de gênero" (JUNQUEIRA, 2017, p. 25). Nesse movimento, mesmo sem a aprovação de uma legislação para operar e legitimar seus interesses, a construção de uma narrativa que provoca pânico social permeia o avanço desses movimentos ultraconservadores. Por um lado, o suposto perigo de uma escola "doutrinadora" faz com que o EsP ganhe adeptos/defensores. De outro, "o clima de vigilância, suspeição, denúncia e punição" invadem o ambiente escolar e resultam na "autocensura, o constrangimento e a coibição de comportamentos e práticas que possam, mesmo remotamente, ser identificados como ‘doutrinação’ ou ‘desrespeito às convicções morais da família’" (ALGEBAILLE, 2017, p. 70).

Nesse contexto, em que se observa uma desqualificação do/a professor/a, se faz necessário olhar para esse/a profissional para entender as lutas e angústias que estes/as têm travado no exercício da docência, bem como as estratégias que se tem adotado para enfrentamento desse ataque a liberdade de aprender e ensinar – algo previsto pela Constituição Federal. Para além disso, acreditamos ser importante investigar como os cursos de licenciatura tem contribuído na formação de futuros/as docentes para atuar nesse cenário, sendo esse o foco do presente trabalho.

2 Procedimentos Metodológicos

A presente investigação, de abordagem qualitativa, configura-se como um recorte de uma pesquisa realizada como Trabalho de Conclusão de Curso que teve como objetivo investigar os tensionamentos relativos à educação para a sexualidade na Educação Básica, entre as/os concluintes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas de uma Instituição Federal de Ensino Superior no Estado de Goiás, no ano de 2019. No escopo do presente texto, tomamos como objetivo específico analisar as concepções de licenciadas/os sobre ideologia de gênero. Para tanto, empreendemos a análise de duas questões voltadas especificamente ao termo “ideologia de gênero”.

Desta forma, participaram da pesquisa licenciandas/os⁷ matriculadas/os regularmente no oitavo período, no 2º semestre de 2019. A escolha de tal turma deveu-se ao fato de que os sujeitos da pesquisa cursavam o último período da licenciatura, tendo contato prévio com várias disciplinas pedagógicas ligadas à formação de profissionais diretamente envolvidas/os na esfera que engloba o cotidiano escolar e os processos de ensino e de aprendizagem. A turma era composta por 16 discentes matriculadas/os e todas/os participaram da pesquisa de forma voluntária, após terem tomado conhecimento e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A constituição do *corpus* da pesquisa se deu por meio da utilização de um questionário *on-line*, criado na plataforma *Google* de formulários, com a garantia de que as/os participantes não fossem identificadas/os. O questionário foi composto por dez perguntas, tendo sido os questionamentos dispostos na Figura 2 selecionados para construção deste relato de pesquisa.

Figura 2: Questionamentos selecionados para o presente recorte da pesquisa realizada

Você tem acompanhado as discussões recentes envolvendo o termo “ideologia de gênero”?
() Sim () Não.
Como você explicaria esse termo para um/a aluno/a?

Fonte: Elaborado pelas autoras.

⁷ Para dizer sobre os/as colaboradores do presente estudo gênero será marcado primeiramente no feminino, pois a maior parte dos/as colaboradores/as foram mulheres (das 16 pessoas que colaboraram com a pesquisa 12 se identificam como mulheres). A linguagem está carregada de significados construídos no campo sociocultural e nas relações de poder e através dela a diferença e a desigualdade não é só expressa, mas produzida e fixada (LOURO, 1997). Dessa forma, entendemos que adoção de uma linguagem inclusiva de gênero além de produzir formas não-sexistas de tratamento, dá visibilidade as mulheres que contribuíram para construção dessa investigação.

Após a aplicação do questionário, enviado por *e-mail* as/aos licenciandas/os, as respostas foram transcritas e compiladas em uma planilha, atribuindo-se a letra “M” seguida de um número (1-16) para indicar cada uma das respostas, conforme transcrição presente no quadro 1. Para o exercício de análise foram tomados alguns elementos da análise de conteúdo (Bardin, 2016). Em um primeiro momento, foi efetuada uma leitura flutuante de todas as respostas, a fim de que houvesse uma sensibilização de temas recorrentes. Após essa etapa, empreendeu-se uma leitura crítica, por meio da qual buscou-se encontrar os temas mais relevantes trazidos pelas/os participantes, processo executado por duas pesquisadoras, separadamente. Em seguida, foi feita a comparação entre os temas encontrados por ambas as pesquisadoras, elencando-se quatro categorias de respostas, seguindo critérios de homogeneidade, exaustão, exclusividade, objetividade e pertinência, propostos por Bardin (2016).

As quatro categorias elaboradas foram: (i) não saberiam como explicar o sintagma “ideologia de gênero” (n=2); (ii) assumem a “ideologia de gênero” como real (n=2); (iii) contestam e/ou problematizam o termo “ideologia de gênero” (n=4); (iv) tomam o termo “ideologia de gênero” em aproximação com o conceito de gênero (n=8). Cada umas das categorias serão apresentadas e discutidas a seguir.

Quadro 1: Transcrição das respostas dadas pelos/as licenciandos/as

Categorias	Respostas
I. Não saberiam como explicar o sintagma “ideologia de gênero” (n=2).	<p>“Confesso que tenho que estudar mais a respeito” (M5).</p> <p>“Não sei” (M6).</p>
II. Assumem a “ideologia de gênero” como real (n=2).	<p>“A ideologia de gênero tenta analisar perante a sociedade, de onde vêm as ideias de masculino e feminino, o que realmente define o que é masculino e feminino e os papéis que a sociedade atribuí a homens e mulheres” (M3).</p> <p>“Um sistema educacional onde um dos objetivos é permitir que a pessoa não se sinta reconhecida da sua natureza. Deixando com que a criança decida se é homem ou mulher. Ignorando sua biologia e o criacionismo” (M11).</p>
III. Contestam e/ou problematizam o termo “ideologia de gênero” (n=4).	<p>“Quando se diz ideologia, remete-se a algo que pode ser passado, como um ensinamento, mas gostaria de esclarecer para meus alunos que o debate em questão é a fluidez com que o gênero pode se portar ou ser. Gênero podem sim ser mutáveis, mas não por ensinamentos ou doutrinações de ideologias, contraponto em grande parte o pensamento de ideologia ensinada que citei no início” (M1).</p> <p>“A ideologia de gênero não existe. O que existe são pessoas que não se identificam com o seu sexo biológico. Buscando assim se encontrarem e se sentirem parte da sociedade” (M4).</p> <p>“A ideologia de certa forma não existe, pois este assunto vem sendo bastante falado com o intuito de promover mais representatividade para grupos LGBT... Não para influenciar pessoas a se tornarem, mas sim erradicar o preconceito, buscando uma melhor aceitação destes grupos perante a sociedade” (M9).</p> <p>“Primeiro que o termo correto é identidade de gênero que seria como esse indivíduo se identificar independente do sexo biológico” (M10).</p>
IV. Tomam o termo “ideologia de gênero” em aproximação com o conceito de gênero (n=8).	<p>“É muito complicado falar pra um aluno sobre isso, por exemplo se ele nasceu com um órgão masculino isso não quer dizer que ele é homem ou se ela nasceu com órgão feminino isso não quer dizer que ela é mulher, isso quer dizer que ambos tem direito de escolher sua sexualidade” (M2).</p> <p>“Cada ser nasce com seu sexo feminino ou masculino, a partir do conhecimento do seu próprio corpo do que vc gosta (homem/mulher) irá definir seu gênero, você escolhe com quem vai se relacionar ou não” (M7).</p> <p>“Explicaria abordando a opção de cada um, o respeito e a igualdade” (M8).</p> <p>“Ninguém nasce homem ou mulher e define por causa de seu órgão genital, e sim cada indivíduo deve construir sua própria identidade” (M12).</p> <p>“Que é um termo usado para dizer em qual gênero um indivíduo se identifica, independente do sexo biológico” (M13).</p> <p>“É onde o indivíduo pode escolher ser o que quiser, pois ninguém nasce homem ou mulher, sempre tratando com respeito a se mesmo e aos próximos” (M14).</p> <p>“Que o ser humano pode escolher o que quer ser, independente do sexo biológico” (M16).</p> <p>“Ninguém nasce homem ou mulher, mas que cada indivíduo deve construir sua própria identidade, isto é, seu gênero, ao longo da vida” (M15).</p>

Fonte: Dados da pesquisa.

3 Resultados e discussão

Ao questionar as/os licenciandas/os se estão acompanhando as discussões recentes envolvendo o termo “ideologia de gênero”, metade delas/es respondeu afirmativamente, ou seja, que estavam acompanhando essas discussões, e a outra metade respondeu que não. Embora esse questionamento não nos possibilite entender quais os motivos levaram ou impediram as/os licenciandas/os de acompanharem essas discussões, nos questionamos se o tempo histórico que a pesquisa foi desenvolvida – o segundo semestre de 2019 – poderia nos fornecer algumas pistas sobre essas informações.

No Brasil, o movimento EsP tem origem em 2004, pouco tempo após a invenção do sintagma “ideologia de gênero”, do qual se apropria para criar sua narrativa. No entanto, principalmente com a ascensão do conservadorismo no cenário político brasileiro, é que essas discussões se intensificam, tendo se ampliado no período que antecedeu as eleições presidenciais de 2018, inclusive influenciando os rumos do referido pleito, que culminou na eleição para o mandato de 2019-2022 de um representante comprometido com a agenda ultraconservadora e fundamentalista religiosa.

A ascensão à Presidência da República de uma gestão alinhada com essa pauta conservadora/reacionária, faz com que as questões envolvendo o slogan “ideologia de gênero” continuem ecoando no país. Exemplos disso são: o discurso da ministra Damares Alves, no qual afirma: “é uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa⁸” como uma “metáfora contra a ideologia de gênero”, o desarquivamento do PL 7180/2014 – conhecido como Lei da Mordaca, e a mudança no edital de 2020 do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – que foi revogada dias após sua publicação – quando o governo cogitou retirar o debate sobre as questões étnico-raciais e de gênero dos livros didáticos.

Dessa forma, o slogan da “ideologia de gênero” continua a ser usado para pautar ataques às políticas educacionais, instituições escolares e docentes. Portanto, perceber que 50% das/os futuras/os docentes da Educação Básica que colaboraram com essa pesquisa não estão acompanhando as discussões acerca de uma temática que tem atravessado o exercício da docência é um dado que nos inquieta. Esse estranhamento baseia-se no fato de que a escola (e

⁸No dia 02 de janeiro de 2019, passaram a circular pela internet imagens em que a recém empossada Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, supostamente após a cerimônia de posse, proferiu a fala: “É uma nova era no Brasil. Menino veste azul e menina veste rosa”. Tal declaração gerou grande repercussão no país, tendo sido a primeira de várias falas da ministra a gerarem polêmica, em função de seu conteúdo moralista e conservador. O vídeo está disponível em: <https://exame.com/brasil/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares-em-video/>. Acesso em 28/07/2020.

também a Instituição de Ensino Superior), para além de abordar conteúdos científicos, produz sujeitos e subjetividades e que tal silêncio em um curso de licenciatura, tem muito a dizer.

Quando questionadas/os a respeito de como explicariam esse termo para um/a aluno/a, obtivemos quatro categorias de respostas, transcritas na íntegra no quadro 1. A primeira categoria compreende aquelas/es que afirmaram que (i) não saberiam como explicar o sintagma “ideologia de gênero” a seus/as alunos/as (n=2). Na segunda categoria, estão as/os licenciandas/os que (ii) assumem a ideologia de gênero (n=2), ou seja, explicariam esse termo a partir das narrativas construídas para justificá-lo, como pode ser observado no registro abaixo:

Um sistema educacional onde um dos objetivos é permitir que a pessoa não se sinta reconhecida da sua natureza. Deixando com que a criança decida se é homem ou mulher. Ignorando sua biologia e o criacionismo. (M11)

De acordo com Junqueira (2017) o discurso da ideologia de gênero tem como intuito reafirmar pontos doutrinários cristãos e impor valores tradicionais, para tanto, conservadores investem nas concepções de família e também de diferenças sexuais. No registro acima referido, a matriz religiosa do discurso da “ideologia de gênero” é evidenciada quando M11 menciona que esse termo refere-se a um sistema educacional que “ignora o criacionismo e a Biologia”, aqui associada às diferenças biológicas dos corpos. A indicação do sistema educacional como *locus* em que a “ideologia de gênero” opera, presente na resposta de M11, se aproxima de alguns dos discursos de movimentos ultraconservadores, como o EsP. Tais movimentos visam cercar práticas educacionais “antidiscriminatórias, voltadas a valorizar a laicidade, o pluralismo, a promover o reconhecimento da diferença e garantir o caráter público e cidadão da formação escolar (JUNQUEIRA, 2017, p. 44).

Em contrapartida, algumas/uns colaboradoras/es da pesquisa (iii) contestam e/ou problematizam o termo ideologia de gênero (n=4). Essa terceira categoria pode ser ilustrada pelos seguintes registros:

Quando se diz ideologia, remete-se a algo que pode ser passado, como um ensinamento, mas gostaria de esclarecer para meus alunos que o debate em questão é a fluidez com que o gênero pode se portar ou ser. Gênero podem sim ser mutáveis, mas não por ensinamentos ou doutrinações de ideologias, contraponto em grande parte o pensamento de ideologia ensinada que citei no início. (M1)

A ideologia de gênero não existe. O que existe são pessoas que não se identificam com o seu sexo biológico. Buscando assim se encontrarem e se sentirem parte da sociedade. (M4)

A discussão em torno do termo “ideologia de gênero” revela que esse não é um conceito científico, mas um sintagma fabricado nos sítios discursivos de uma instituição religiosa e tomados como rótulos políticos e slogans com intuito de frear e/ou retroceder políticas públicas que busquem promover a igualdade e garantir direitos sociais (JUNQUEIRA, 2017; REIS; EGGERT, 2017). Silva, Parreira e Lissi afirmam que:

A noção ideologia de gênero [...] contrapõe-se a todo conhecimento acumulado em diversos campos de pesquisas que, em mais de 40 anos, vêm elaborando bases explicativas que apontem sobre os modos como os sujeitos humanos têm sido, histórica, política, cultural e cientificamente, produzidos. Tais bases, sem dúvida, confrontaram os modelos de identidade fixa e imutável, pautados em processos de naturalização – tanto dos corpos, em sua anatomia, genética, endocrinologia e fisiologia –, quanto desses corpos como produção do divino, resultante da graça ou do castigo de um Deus igualmente constituído numa face única: homem, branco e adulto (SILVA, PARREIRA, LISSI, 2017, p. 99).

Nesse sentido, é imperativo questionarmos o uso desse sintagma, principalmente no âmbito de instituições formadoras comprometidas com os saberes científicos, como a Universidade e a escola. Embora o termo tenha sido apropriado por movimentos como o EsP para, dentre outros objetivos, desqualificar o trabalho de docentes ao categorizá-los/las como doutrinadores/as, esse muitas vezes adentra o ambiente escolar sem ser questionado pelos/as docentes, como revela o trabalho de Parreira (2019). No campo da formação de professores/as, *locus* dessa investigação, a presença desses registros revela um posicionamento que problematiza o termo ideologia de gênero, o que é importante, visto que esse termo tem atravessado o exercício da docência. Para além disso, se considerarmos que o/a professor/a de Biologia tem sido o/a docente historicamente “autorizado/a” a falar sobre questões associadas à sexualidade na escola, a incompreensão relativa às questões que envolvem gênero e sexualidade por parte de tais profissionais, pode corroborar com o discurso biologizante, dicotômico e moralizante, em consonância com o movimento antigênero.

Por outro lado, a maior parte das/os licenciandas/os (n=8) (iv) tomam o termo “ideologia de gênero” em aproximação com o conceito de gênero para explicá-lo, como mostram os registros abaixo:

Que é um termo usado para dizer em qual gênero um indivíduo se identifica, independente do sexo biológico. (M13)

Ninguém nasce homem ou mulher e define por causa de seu órgão genital, e sim cada indivíduo deve construir sua própria identidade. (M12)

Que o ser humano pode escolher o que quer ser, independente do sexo biológico. (M16)

De acordo com Joan Scott (1995, p. 72) o termo gênero emerge na segunda onda do movimento feminista e busca enfatizar o “caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”. Nesse sentido, o sexo é tomado no âmbito do biológico e gênero na esfera social (MATHIEU, 2017). Isso quer dizer que ser homem ou mulher na nossa sociedade não está restrito ao aspecto biológico – a biologia dos corpos – mas construído no âmbito sociocultural em que papéis e posições são atribuídos aos gêneros, significando relações de poder entre eles.

As explicações que M12, M13 e M16 afirmaram que fariam acerca do sintagma “ideologia de gênero” a seus/suas estudantes, revelam uma aproximação com o caráter construído dos gêneros no sentido de não redução deste ao sexo biológico. Por um lado, apesar de serem respostas simplistas, a compreensão de gênero para além do discurso biológico inatista é um aspecto positivo, pois pode possibilitar um entendimento das relações de poder que atravessam a divisão social do trabalho, tanto na esfera pública quanto privada, podendo ainda contribuir para o enfrentamento das desigualdades de gênero.

Por outro, a confusão e/ou distorção do sintagma “ideologia de gênero”, aproximando-o do conceito de gênero é extremamente problemática, principalmente porque o sintagma surge com propósito de negar os gêneros. Além disso, a presença da palavra “escolha” para dizer sobre identidade de sujeitos revela uma fragilidade do argumento, principalmente em uma sociedade como a nossa em que se prega a heterossexualidade compulsória⁹ e em que o gênero é imposto aos sujeitos antes mesmo do nascimento. Essa compreensão equivocada de que gênero e sexualidade operam no campo da escolha corrobora para construção das narrativas de defensores do slogan “ideologia de gênero” e de movimentos como o EsP.

Em dezembro de 2017, o periódico Koan: Revista de Educação e Complexidade publicou um dossiê intitulado “Gênero, Educação e Complexidades do corpo”, organizado por Fabiana Aparecida de Carvalho¹⁰, que contém um manifesto por meio do qual a pesquisadora analisa a narrativa em torno do sintagma “ideologia de gênero” e defende que “nenhuma escola ensina alguém a mudar de gênero. As escolas fazem a mediação do entendimento que há diferenças, que essas não possuem uma causa primeira de origem natural, emocional ou psicológica”. Os argumentos da estudiosa representam a voz de profissionais sérios/as e comprometidos/as com a Educação que, nessa disputa de narrativas, precisam ser ouvidas/os. A autora continua, defendendo que “educadoras/es não doutrinam; ao contrário: ensinam

⁹ Heterossexualidade compulsória é um conceito que emergiu na década de 1980, no artigo “Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica”, no qual Adrienne Rich, refere-se à heterossexualidade como uma “única forma considerada normal de vivência da sexualidade” (COLLING, 2015, p.24).

¹⁰ O dossiê completo está disponível em: <http://www.crc.uem.br/departamento-de-pedagogia-dpd/koan-revista-de-educacao-e-complexidade/edicao-n-5-dez-2017>

discernimento crítico – isto é legalmente amparado” e finaliza seu manifesto esclarecendo que “Ideologia de Gênero não existe”, explicando que os Estudos de Gênero “são reconhecidos historicamente como avanços pertinentes no posicionamento de mulheres e de outras minorias. Nossas pautas não devem ser distorcidas! Estudos de Gênero existem e se alinham às mudanças sociais e culturais” (CARVALHO, 2017, p. 178-179). Nesse sentido, é como se estudiosos/as de Gênero e educadores/as estivessem lutando contra uma espécie de inimigo invisível, dada a eficiência com que a ofensiva antigênero vem sendo inserida nas organizações sociais.

A argumentação de Carvalho (2017), mesmo sendo coerente e bem fundamentada, não ecoou entre as pessoas mais capturadas pelo discurso antigênero, o que pode ser constatado pelo resultado das eleições presidenciais de 2018, fato anteriormente mencionado nesse texto. Dessa forma, a mudança dos argumentos se fez necessária, ao passo que Rogério Diniz Junqueira (2019) passa a questionar o argumento da negação do termo ao considerar que tal postura “tende a colocar em uma posição defensiva aqueles que são acusados de promover essa ‘ideologia’, que gastam tempo e energia desmentindo acusações e fornecendo respostas para as quais os ‘defensores da família’ já dispõem de trélicas pré-confeccionadas”. Na esteira desse pensamento, ao produzir um artigo intitulado: “A ‘ideologia de gênero’ existe, mas não é aquilo que você pensa que é”, o estudioso do tema considera ser “um sintagma, um neologismo, um rótulo estigmatizante, um *slogan*, uma categoria política forjada para operar como arma retórica e para animar mobilizações em favor de um projeto de poder regressivo, antidemocrático e antilaico” (JUNQUEIRA, 2019, s.p.).

Os modos de se reafirmar a hegemonia dos “defensores da família tradicional” se (re)fazem continuamente, nessa disputa de narrativas que buscam reiterar normas como a heterossexualidade compulsória, enquadrando subjetividades num projeto de país cada vez mais conservador e repressivo. É nesse contexto que, em meio ao avanço da pandemia da Covid-19 no Brasil, tramita um Projeto de Lei (BRASIL, 2020a) elaborado pelo deputado paranaense Filipe Barros (PSL/PR) que “determina que tanto o sexo biológico como as características sexuais primárias e cromossômicas definem o gênero do indivíduo no Brasil”, projeto que exclui pessoas que não se identificam com o sexo atribuído ao nascimento, além de dificultar ainda mais o acesso aos direitos por pessoas intersexo. Além disso, tal projeto de lei se contrapõe ao conhecimento científico produzido em diferentes campos de pesquisa, especialmente da sociologia, acerca de como os sujeitos e suas identidades são produzidas, como já pontuado por Silva, Parreira e Lissi (2017)

É importante destacar que durante a escrita desse texto, o Superior Tribunal Federal no dia 24 de Abril de 2020, em unanimidade, declarou inconstitucional uma lei municipal, da cidade de Novo Gama – Goiás, que buscava proibir a veiculação de materiais e informações marcados pela suposta “ideologia de gênero” (STF, 2020a). Essa decisão é significativa na luta contra os movimentos ultraconservadores e consequentemente contra o retrocesso que esses

buscam empreender no campo educacional. No entanto, pouco menos de um mês após a decisão, no dia 12 de Maio, e em meio a uma crise sanitária devido à pandemia do corona vírus que naquele dia fazia mais de 12 mil vítimas (BRASIL, 2020b), o presidente Jair Bolsonaro anunciou que providenciaria um projeto de lei a nível federal contra a “ideologia de gênero (COLLETA, 2020). Por outro lado, mais uma lei municipal (Lei 6.496/2015 do Município de Cascavel- PR) que visava proibir a "adoção de políticas de ensino que tendam a aplicar a ideologia de gênero” (PARANÁ, 2015, s.p.) é considerada inconstitucional pelo STF (STF, 2020b). Esse movimento demonstra que a escola, como também aquilo que é intrínseco a ela, como os currículos e o material didático, são territórios de disputa de grupos ultraconservadores e das agendas dos direitos humanos.

4 Considerações finais

Ao falar desses tempos hostis, em que o slogan “ideologia de gênero” tem sido disseminado dentro e fora da escola, Marlucy Alves Paraíso diz que “o céu ameaça tormenta” no território escolar, referindo-se ao fato de que grupos que exercem poder atuam “para impedir que a diferença se prolifere e para fazer com que gênero e sexualidade sejam considerados temas não escolares” (PARAÍSO, 2018, p. 23). A partir das afirmações da pesquisadora e das evidências encontradas no recorte da pesquisa apresentado nesse artigo, constatamos que os discursos que circulam no contexto da turma investigada, atuam na produção de subjetividades em consonância com o que a agenda ultraconservadora tem apresentado discursivamente no país. Diante disso, levantamos aqui a urgência em discutir gênero, sexualidade e seus entrelaçamentos com a Educação, em todos os níveis de ensino, pois “é hora de enfrentar a tormenta que ameaça cair [...] e cultivar o germe da esperança” (PARAÍSO, 2018, p. 49).

Referências

- ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: Frigotto, Gaudêncio. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas (LLP/UERJ), 2017, p. 65-74.
- BANDEIRA, Andreia; VELOZO, Emerson Luis. Livro didático como artefato cultural: possibilidades e limites para as abordagens das relações de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências. **Ciência & Educação**, v. 25, n. 4, p. 1019-1033, 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Trad. Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Garramond, 2006, 256p.
- BRASIL. **Lei no 8.069 de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Lei Maria da Penha. **Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Presidência da República, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013. 542p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEF, 2017. 468p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos**. Brasília, 2019.

Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf Acesso em: 30 jul. 2020

BRASIL. Ministério da saúde. **Painel Coronavírus**. 2020b. Disponível em:

<https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei No 2578 de 2020**. 2020a. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=307FAC55575B6C7DCCDC9902FAEBED11.proposicoesWebExterno1?codteor=1892753&filename=Tramitacao-PL+2578/2020. Acesso em 31 jul. 2020.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Manifesto: não existe ideologia de gênero! **Koan: Revista de Educação e Complexidade**, n. 5, p. 177-179, 2017.

COLLETA, Ricardo Della. Após STF barrar lei municipal, Bolsonaro promete enviar projeto contra 'ideologia de gênero'. **Folha de São Paulo**, 12 maio. 2020. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/apos-stf-barrar-lei-municipal-bolsonaro-promete-enviar-projeto-contrai-ideologia-de-genero.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2020.

COLLING, Leandro. O que perdemos com os preconceitos. In: **Revista cult: dossiê-ditadura heteronormativa**, São Paulo-SP, Editora Briantine, n.202, ano 18, p.22-25, junho/2015.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO (Celam). **Documento de Aparecida**. São Paulo: PAULUS, 2007, 321p.

EsP. **Escola sem partido**. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos>. Acesso em: 10 jun. 2020.

GIROUX, Henry A. Praticando estudos culturais nas faculdades de educação. In: SILVA, Tomaz T. da. (Org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p. 85-103.



GONÇALVES, Joyce Amorim; CARVALHO, Ana Rosa Rebelo Ferreira de. Lesbianidade e Psicologia na Contemporaneidade: uma revisão sistemática. **Gênero**, v.20, n. 1, p. 135-156, 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária - ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”?. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. **Debates Contemporâneos: educação para a sexualidade**. Rio Grande: FURG, 2017, p. 25-52.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**. v. 18. n. 43. p. 449-502. 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A ‘ideologia de gênero’ existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, Fernando. **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 62-70, jan./jul. 2011.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação e Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 507-524, p. 507- 524.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e Gênero. In: HIDRATA, Helena et al. (Org.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2009, p. 173-178.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725- 747, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

NARVAZ, Martha Giudice; ZORDAN, Paola. Quem tem medo do corpo, do sexo e do gênero? In: RIZZA, Juliana Lapa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes; RIBEIRO, Paula Regina Costa; COSTA, Ana Luiza Chaffe. (Org.). **Tecituras sobre corpos, gêneros e sexualidades no espaço escolar**. Rio Grande: FURG, 2019, p. 15-32.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos de slogan “ideologia de gênero”. In: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza, 2018, p. 23-52.

PARANÁ. **Lei Nº 6.496 de 24 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação do município de Cascavel/PR para a vigência 2015-2020. 2015. Disponível em: http://www.camaracascavel.pr.gov.br/images/stories/leis/files/6_496.pdf. Acesso em 31 jul. 2020.

PARREIRA, Fátima Lúcia Dezopa. **Ciência, gênero, sexualidade e religião: alianças, tensões e conflitos no Ensino de Biologia**. 2019. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia. 2019.

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, LPP, 2017, p. 35-48.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação e Sociedade**, v. 38, n, 138, p. 9-26, 2017.

STF - SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL. Notícias. **Lei municipal que proíbe ensino sobre questões de gênero é inconstitucional**. 2020a. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=442331&ori=1>. Acesso em: 31 jul. 2020.

STF - SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL. Notícias. **Lei de Cascavel (PR) que vedava ensino sobre gênero e orientação sexual é inconstitucional**. 2020b. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=446545>. Acesso em: 31 jul. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz; PARREIRA, Fátima Lúcia Dezopa; LISSI, Cristian Bianchi. Sexualidade e religião: reflexões que cabem à educação escolar. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. **Debates Contemporâneos: educação para a sexualidade**. Rio Grande: FURG, 2017, p. 25-52.

TOLOMEOTTI, Tamires; CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Um currículo degenerado: os planos de educação e questão de gênero nos documentos educacionais. **Revista Ártemis**, v. 22, n. 1, p. 73-84, 2016.

Revisão gramatical realizada por: Luciana Aparecida Siqueira Silva

E-mail: siqueira.lusilva@gmail.com

